

OS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

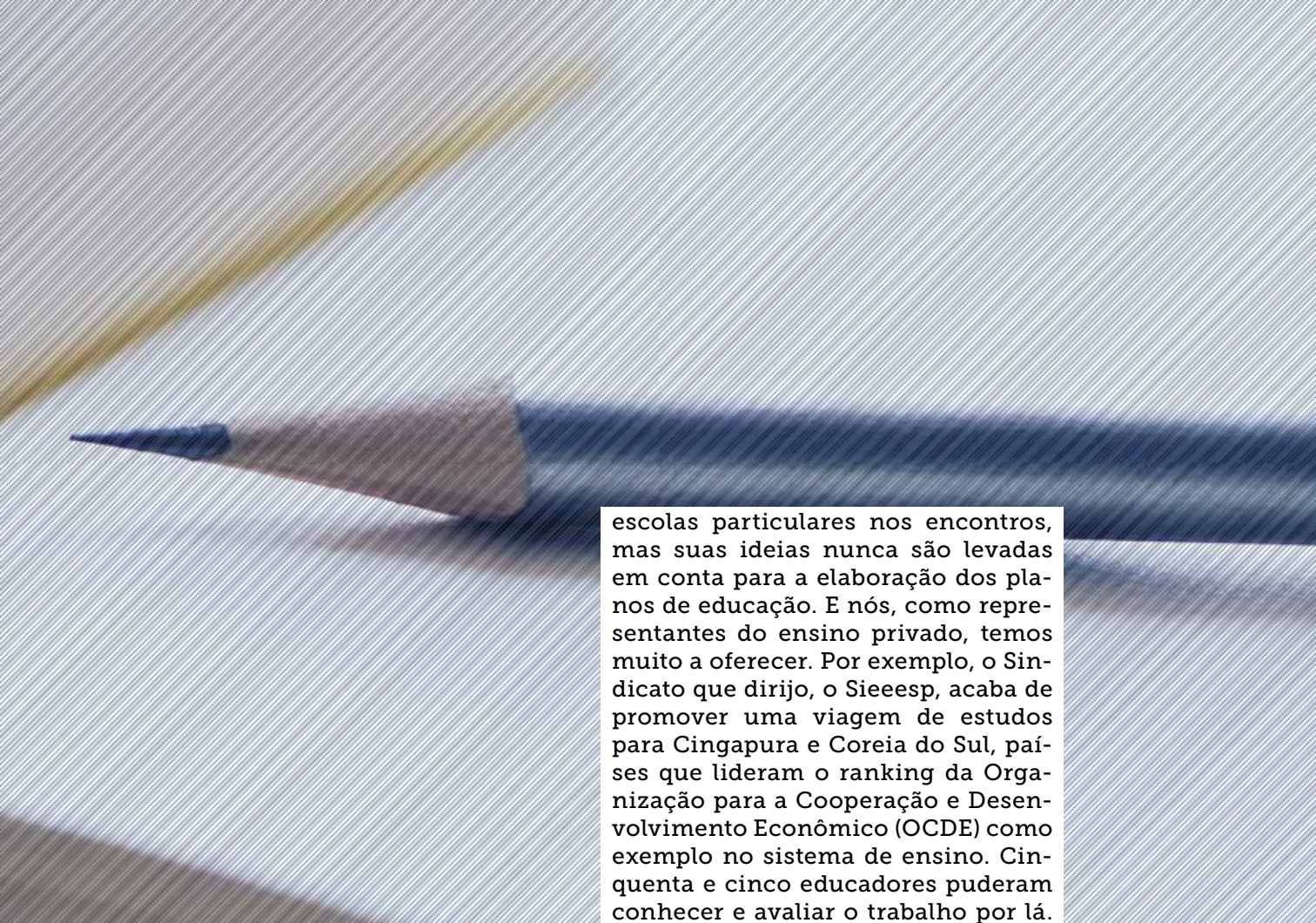


Benjamin Ribeiro da Silva
Presidente
do Sieceesp –
Sindicato dos
Estabelecimentos
de Ensino no
Estado de São
Paulo

Encerrado o prazo fixado pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para a conclusão dos planos locais de educação, apenas quatro estados e 2.295 municípios, ou seja, 41% dos 5.570 municípios brasileiros, já sancionaram os documentos que estabelecem metas e estratégias para o segmento educacional nos próximos dez anos. Para gestores e especialistas, dificuldades técnicas e de planejamento, além do tempo curto, foram os obstáculos para a conclusão dos planos.

Não podemos esquecer que, em seu discurso de posse, a presidente Dilma Rousseff anunciou o slogan “Pátria educadora” como tema para seu segundo mandato, afirmando que a educação seria a prioridade das prioridades. Reafirmou o compromisso de buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano.

Mas, passados poucos meses, a realidade é outra, pois os cortes feitos no orçamento da União mostram a falta de prioridade da educação. O corte na pasta foi de R\$ 9,42 bilhões, o terceiro maior do governo. Como é possível estabelecer o slogan “Pátria educadora” e ceifar as verbas necessárias para o segmento? É uma das sérias contradições do governo.



escolas particulares nos encontros, mas suas ideias nunca são levadas em conta para a elaboração dos planos de educação. E nós, como representantes do ensino privado, temos muito a oferecer. Por exemplo, o Sindicato que dirijo, o Sieceesp, acaba de promover uma viagem de estudos para Cingapura e Coreia do Sul, países que lideram o ranking da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como exemplo no sistema de ensino. Cinquenta e cinco educadores puderam conhecer e avaliar o trabalho por lá. Aliás, essa foi a 18ª viagem de estudos ao exterior, uma iniciativa que evidencia exemplos que poderiam gerar bons frutos aos planos educacionais brasileiros.

O Plano Nacional de Educação, sancionado em 2014, não prevê punições a governadores, prefeitos e secretários que não cumprirem prazos, porém os gestores de estados e municípios em que for notada a falta de esforço para avançar no processo podem ser acusados de improbidade administrativa. Alguns municípios limitam-se a reproduzir o texto do Plano, sem, no entanto, conseguir avançar no debate de assuntos locais, e acabam não ouvindo as pessoas, sendo que a participação popular é essencial para levantar questões relativas ao ensino.

Muitas vezes, as discussões são levadas para o plano ideológico, e quem poderia dar subsídios para a melhoria do ensino fica alijado do processo. É o caso do sistema particular de ensino, que dificilmente é ouvido nessas discussões. É permitida até a participação de representantes das

As autoridades do País deveriam ter maior apreço pela educação, pois o PNE estabelece vinte metas a serem cumpridas até 2024, que incluem, entre outras, a valorização dos professores e o aumento dos investimentos na área educacional. Mas, ao contrário disso, as verbas foram cortadas e nem a Lei de Responsabilidade Educacional, que deverá assegurar o padrão de qualidade da educação básica, foi aprovada. Como se vê, estamos longe de alcançar a meta de sermos uma Pátria educadora. O caos político e moral acaba interferindo no projeto de educação, tão importante para o desenvolvimento do Brasil. ■

benjamin@einstein24h.com.br